



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 125, DE 2010
(nº 218/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RUDÁ GONZALES SEFERIN, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

Os méritos do Senhor Rudá Gonzales Seferin que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de maio de 2010.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'M' e uma assinatura fluida que se estende para a direita.

Brasília, 4 de maio de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **RUDÁ GONZALES SEFERIN**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **RUDÁ GONZALES SEFERIN** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RUDÁ GONZALES SEFERIN

CPF.: 130.757.050-04

ID.: 7006469601 SSP RS

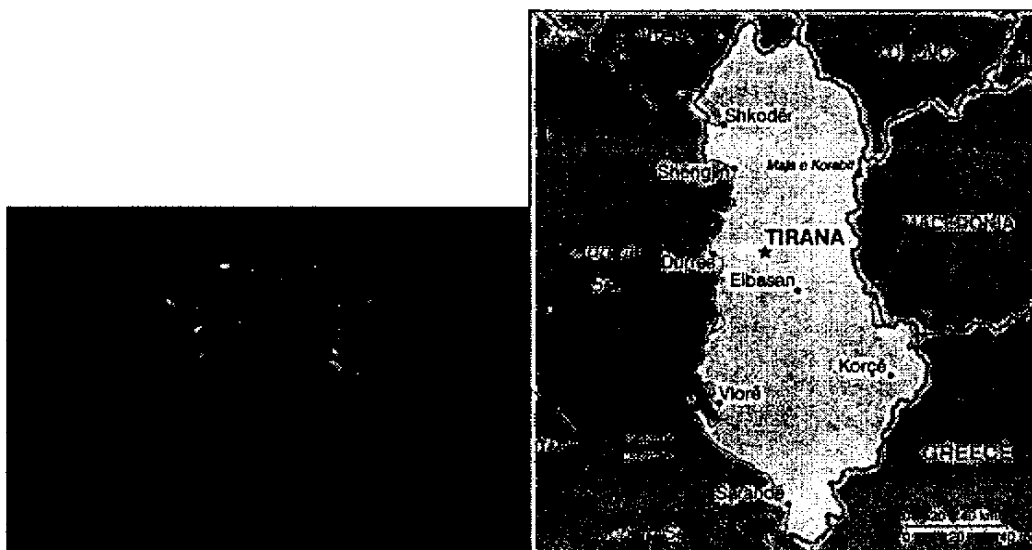
07/02/1951 Filho de Emir Seferin e Rosa Gonzales Seferin, nasce em 7 de fevereiro, em São Leopoldo/RS
08/12/1972 Letras pela Pontifícia Universidade Católica/RS
26/01/1981 CPCD - IRBr
16/12/1982 Terceiro Secretário, em 16 de dezembro
22/04/1983 Divisão da Ásia e Oceania II, assistente
27/06/1984 Embaixada em São Domingos, Terceiro e Segundo Secretário
18/12/1986 Segundo Secretário em 18 de dezembro
14/04/1987 Embaixada em Berna, Segundo Secretário
15/05/1989 CAD - IRBr
05/04/1990 Embaixada em Bagdá, Segundo Secretário
07/01/1992 Departamento de Promoção Comercial, assessor
03/08/1994 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Adjunto
22/12/1995 Primeiro Secretário em 22 de dezembro
27/08/1997 Embaixada em Caracas, Primeiro Secretário
16/02/2001 Divisão da América Meridional II, Subchefe
15/06/2001 V e VI Reuniões Ordinárias da Comissão Especial de Saúde da Amazônia, La Paz e Quito, Chefe de delegação (2001 e 2002)
26/06/2001 II Reunião Regional sobre Critérios e Indicadores de Sustentabilidade da Floresta Amazônica, Tarapoto, Chefe de delegação
30/10/2001 I Reunião do GT ad hoc sobre Combate à Malária e Vigilância Epidemiológica, OTCA, Santa Cruz de la Sierra, Chefe de delegação
25/06/2003 Conselheiro, por merecimento, em 25 de junho
04/02/2004 Embaixada em Montevidéu, Conselheiro
03/07/2006 Divisão de Atos Internacionais, Chefe
21/04/2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
22/06/2007 LI CAE - Relações Econômico-Comerciais com o Uruguai: Uma Visão Ampliada da Promoção Comercial como Instrumento de Integração
29/06/2007 Ministro de Segunda Classe em 29 de junho
24/04/2008 Embaixada em Budapeste – Ministro-Conselheiro


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA II**



RELAÇÕES BRASIL-ALBÂNIA



março de 2010

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Tirana
ÁREA:	28.748 km2 (equivalente ao Estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (2009):	3.639.453 (129ª do mundo)
IDIOMAS:	Albanês, grego, dialetos eslavos
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmicos (70%), ortodoxos (20%), católicos (10%)
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Bamir Topi, desde 24 de julho de 2007
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Sali Berisha, desde 10 de setembro de 2005
CHANCELER:	Ilir Meta, desde 17 de setembro de 2009
PIB real (2009)	US\$11,73 bilhões
PIB PPP (2009)	US\$ 22,59 bilhões
PIB PER CAPITA (2009):	US\$ 6.200 – PPP
EMBAIXADORA DA ALBÂNIA NO BRASIL	Tatiana Gjonaj

Balança comercial bilateral (US\$ milhões fob) - Fonte: MDIC

BRASIL ⇒ ALBÂNIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	7,802	20,186	31,593	25,838	44,853	50,835	48,236
Importações	0,33	0,696	1,52	1,868	0,297	0,307	1,061
Saldo	+7,472	+19,49	+30,073	+23,970	+44,556	+50,528	+47,175

RELAÇÕES COM O BRASIL

Brasil e Albânia estabeleceram relações diplomáticas em 4 de abril de 1961, através de Troca de Notas realizada por intermédio das Embaixadas dos dois países em Roma. Em junho de 1961, foi assinado, em Paris, por representantes dos dois países, o Acordo de Comércio e Pagamentos, que entrou em vigor em abril de 1963.

Em janeiro de 1971, ocorreu iniciativa da Albânia para a abertura de missões permanentes em Brasília e em Tirana, não sendo o interesse correspondido pela parte brasileira. Em maio de 1985, o Governo brasileiro concordou com a troca de Embaixadores entre os dois países a título cumulativo. Em julho de 1985, foi manifestado o pedido de *agrément* para o primeiro Embaixador albanês no Brasil, residente em Buenos Aires. Por sua vez, em outubro de 1985, por decreto do Presidente da República, foi criada a Embaixada do Brasil na Albânia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Roma.

Os contatos entre os dois países não tem sido freqüentes, constando, principalmente, de visitas periódicas recíprocas dos Embaixadores em caráter cumulativo. Em 22 de março de 2000, o então Embaixador do Brasil em Roma, Paulo Tarso Flecha de Lima, apresentou ao Presidente Rexhep Meidani cartas credenciais, ocasião em que foi solicitado o apoio brasileiro para superar pendência com a França na área audiovisual que vinha retardando o ingresso da Albânia na OMC.

Meidani expressou reconhecimento da Albânia pelo apoio do Brasil às resoluções do CSNU sobre a crise no Kosovo e manifestou interesse quanto à possibilidade de receber cooperação técnica brasileira nas áreas de infra-estrutura, de energia e de transportes, em que o país registra notórias deficiências.

O então Ministro das Relações Exteriores da Albânia, Paskal Milo, realizou visita oficial ao Brasil, nos dias 8 e 9 de maio de 2000, acompanhado de delegação oficial e comitiva de empresários albaneses, além do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Albânia. O Ministro Milo foi recebido em audiência pelo Senhor Vice-Presidente da República e manteve ainda entrevista no Congresso Nacional com o Deputado Alberto Fraga, membro, à época, da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Em abril de 2003, o Governo albanês tornou a apresentar proposta de acordo bilateral de cooperação na área de turismo, apresentado inicialmente ao Governo brasileiro em 1998. Além desse acordo, o Governo albanês manifestou interesse, no passado, em celebrar instrumentos bilaterais com o Brasil sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, sobre cooperação econômica e comercial e sobre cooperação educacional e cultural. Já se encontra em vigor o acordo bilateral sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço.

Em que pese a reduzida expressão política e econômica do país, a Albânia justifica um trabalho de acompanhamento, dada sua importância estratégica à luz da estabilidade

regional, sua condição geográfica de corredor balcânico e das ramificações étnicas albanesas nos demais países da região. O recente aumento do fluxo de comércio, com grande superávit para o Brasil, também permite análise otimista sobre o futuro do relacionamento econômico bilateral. Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil no ano de 2009, destacam-se, nessa ordem: carnes de suíno congeladas (28,76%); açúcar de cana e de beterraba (28,71%); carnes de galos e de galinhas, cortadas em pedaços e congeladas (13,44%); e carnes desossadas de bovinos, congeladas (12,31%). Por sua vez, dentre os principais produtos importados nesse mesmo período destacam-se, nessa ordem: desperdícios e resíduos de alumínio (86,22%); e plantas e partes de plantas para uso em perfumaria e medicina (6,80%).

Pode-se dizer que as relações entre o Brasil e a Albânia estão ainda por ser construídas. O Governo albanês, no entanto, tem dado sinais de interesse numa maior aproximação com o Brasil. A visita da Diretora das Américas da Chancelaria albanesa a Brasília, em março de 2004, é mais uma demonstração nesse sentido.

Em fevereiro de 2007, o Embaixador do Brasil em Roma, Adhemar Bahadian, apresentou cartas credenciais ao então Presidente da Albânia, Alfred Moisiu. O governo albanês manifestou interesse em poder contar com a ida de missão técnica brasileira àquele país, organizada pela Agência Brasileira de Cooperação, a fim de avaliar as possibilidades de materializar ações de cooperação técnica bilateral nas áreas de infra-estrutura, de energia e de transportes. Entretanto, em resposta à solicitação, a ABC comunicou que, em razão da ausência de amparo jurídico, estaria impossibilitada de atender à demanda albanesa. Dessa forma, a Agência apresentou minuta de Acordo Básico de Cooperação, que ainda se encontra sob análise.

Por ocasião de sua visita a Tirana, o Embaixador Adhemar Bahadian também foi recebido pelo então Vice-Ministro das Relações Exteriores, Ferit Hoxha, que mencionou o interesse da Albânia em celebrar acordos bilaterais na área judiciária (assistência mútua no combate a crimes transnacionais, extradição de presos e transferência de detentos), que atualmente se encontram em negociação.

Em 19 de junho de 2009, o Embaixador José Viegas Filho apresentou as cartas credenciais ao Presidente da Albânia, Senhor Bamir Topi, assumindo o posto de Embaixador em Tirana, em cumulatividade com Roma.

Abertura recíproca de embaixadas permanentes

Em agosto de 2008, à margem da cerimônia de inauguração dos Jogos Olímpicos de Pequim, o Presidente Lula manteve encontro com o Premiê Sali Berisha, oportunidade em que foi comunicada oficialmente a intenção da Albânia de abrir uma Embaixada residente em Brasília. Corroborando o anúncio, o Conselho de Ministros albanês, em sessão realizada em 27 de agosto de 2008, aprovou referida abertura de embaixada. Na ocasião, o Premiê Berisha sublinhou a visão albanesa de que “o Brasil é uma

grande democracia, com marcado crescimento econômico, o que o torna um país importante não apenas no continente americano, mas no mundo". Em 30 de junho de 2009, a Albânia comunicou à Embaixada brasileira em Buenos Aires a designação do Embaixador Ronald Bimo como Encarregado de Negócios da Albânia no Brasil e responsável pela abertura da Embaixada albanesa em Brasília.

A instalação da Embaixada albanesa ocorreu em julho de 2009, sendo que o Encarregado de Negócios, em seus primeiros contatos, destacou a intenção de dar foco aos aspectos comerciais, com a programação de fórum empresarial e de missões comerciais de parte a parte. É intenção da Albânia que sua posição nos Bálcãs seja utilizada para favorecer a penetração de produtos brasileiros nos mercados de toda a península, funcionando como uma "plataforma para o Mediterrâneo" junto ao empresariado brasileiro. Adicionalmente, a intensa cooperação regional verificada nos Bálcãs nos últimos anos, incluindo a carta de energia que visa à criação de um mercado energético unificado na região, cria potencial de aproveitamento por empresas brasileiras do setor. Atualmente, a Embaixadora da Albânia no Brasil é a Sra. Tatiana Gjonaj, tendo apresentado credenciais em 2010.

Reciprocando a abertura da Embaixada permanente, e aproveitando o momento particularmente auspicioso do relacionamento bilateral – comprovado pelo aumento do fluxo de comércio registrado desde 2003 e pelos gestos de boa vontade realizados pela Albânia – foi criada em 26 de janeiro de 2010, por meio do Decreto nº 7.073, a Embaixada do Brasil em Tirana. A iniciativa insere-se no contexto do movimento de expansão da presença diplomática do Brasil no mundo, que visa a tornar o Brasil um partícipe e agente da mudança do sistema internacional que se verifica atualmente.

Temas Consulares

A Albânia abriu, recentemente, três consulados honorários no Brasil (Recife, Rio de Janeiro e São Paulo).

POLÍTICA INTERNA

A Albânia – independente, desde 1912, com a derrocada do Império Otomano, que se seguiu à primeira guerra mundial – constitui um país profundamente marcado por mais de cinquenta anos de regime comunista. Em 1945, a ala comunista da resistência albanesa logrou prevalecer sobre os opositores nacionalistas e monarquistas, vencendo, em seguida, as eleições disputadas sob o controle de partido único. Em janeiro de 1946, foi proclamada a república popular sob o governo de Enver Hoxha, líder que dominou a política albanesa até a sua morte, em 1985. O governo de Hoxha foi caracterizado pela política de extremo isolamento do país, que rompeu, em fases

sucessivas, com as correntes comunistas do titoísmo, do estalinismo e do maoísmo, transformando a Albânia em completa autarquia.

Enver Hoxha foi sucedido no poder por Ramiz Alia, mais moderado, que principiou processo de normalização de relações com os países vizinhos, iniciando modestas reformas. Em 1990, a crescente mobilização popular impôs a legalização de partidos políticos independentes. Nessa conjuntura, surgiram duas lideranças que dominariam o quadro político albanês nos anos subseqüentes: Sali Berisha, médico cardiologista, que emerge à frente do Partido Democrático, e Fatos Nano, da ala moderada do então Partido dos Trabalhadores Albaneses, agremiação de orientação comunista.

Em março de 1991, nas primeiras eleições livres realizadas após a segunda guerra mundial, o Partido dos Trabalhadores Albaneses obteve cerca de 60% dos votos, refletindo o conservadorismo dos extratos rurais, que compunham cerca de dois terços da população total do país. Ramiz Alia é, então, eleito Presidente. Uma coalizão reunindo o Partido dos Trabalhadores Albaneses, o Partido Democrático e o Partido Socialista é formada, mas fracassa, contudo, diante da situação crítica apresentada pela indústria obsoleta e pela precariedade de serviços públicos, herdada do regime comunista. O apoio popular à coalizão acaba por esvaír-se, sendo realizadas novas eleições, em março de 1992, vencidas pelo Partido Democrático. A Assembléia Popular elege Sali Berisha para a Presidência.

O governo do Partido Democrático consegue renovar a base econômica do país, conduzindo-o à transição completa do sistema coletivista para o regime de pequenas propriedades. Registra-se reviravolta positiva na produção industrial e no recuo da inflação. A recuperação, contudo, revela-se frágil, porquanto reflete largamente o processo de monetarização da economia albanesa, em substituição ao regime de escambo praticado anteriormente, mantido graças aos recursos provenientes de atividades como o contrabando de armas, combustíveis e suprimentos para a Iugoslávia e a Macedônia, ademais de receitas procedentes do narcotráfico e da corrupção, tolerados pelo governo Berisha.

Em 1996, em controvertidas eleições, envolvendo denúncias de fraudes e de controle abusivo da mídia pelo governo, o Partido Democrático obtém novamente a vitória, e Berisha é reconduzido à Presidência. O governo Berisha, todavia, não resiste à crise desencadeada com a desintegração, em 1997, do esquema de "pirâmides", que havia surgido como alternativa ao incipiente sistema bancário do país, oferecendo a perspectiva de percepção de altos ganhos. A implosão do esquema, que envolvia preeminentes figuras do governo, conduz à revolta popular e à subseqüente deposição de Berisha. Forma-se, então, um governo de coalizão interino, assistido por força internacional liderada pela Itália. Nas eleições parlamentares convocadas para junho de 1997, vence a coalizão encabeçada pelo Partido Socialista. Fatos Nano, um dos principais opositores do Partido Democrático, é indicado Primeiro-Ministro. A Assembléia Popular, por sua vez, elege Rexhep Meidani como Presidente.

Sali Berisha passa então a comandar a oposição na Assembléia Popular, adotando uma política de obstrução parlamentar. O governo de Fatos Nano logra consolidar o domínio sobre a região meridional do país, mantendo-se frágil, contudo, nas áreas ao norte, que congregam bolsões controlados pelo Partido Democrático. Em setembro de 1998, em seguida a uma tentativa de golpe tramada por membros do Partido Democrático, em Tirana, Fatos Nano renuncia. Um novo governo é formado por uma coalisão liderada pelo Partido Socialista e Pandeli Majko assume o cargo de Primeiro-Ministro.

Em novembro do mesmo ano, é realizado um referendo nacional, boicotado pelo Partido Democrático, para a aprovação da Constituição do país. O novo texto constitucional é aprovado por expressiva maioria (93,5%) do eleitorado, embora o Partido Democrático, sob a liderança de Sali Berisha, tenha procurado, sob a alegação de comparecimento insuficiente (na realidade, registrou-se mais de 50%), anular o resultado da consulta popular. A nova Constituição entrou em vigor em 28 de novembro de 1998. Como resultado de disputas internas no seio do Partido Socialista, Pandeli Majko renuncia, em outubro de 1999, sendo substituído pelo Vice-Primeiro-Ministro, Ilir Meta.

A Assembléia Popular tem sido dominada, desde o fim de regime comunista, pela bipolaridade entre o Partido Socialista e o Partido Democrático. De 2002 a julho de 2005, o país foi governado por uma coalizão liderada pelo Partido Socialista.

Nas eleições parlamentares de 2005, o grande vitorioso foi novamente o Partido Democrático, do atual Primeiro-Ministro, Sali Berisha, cujos representantes foram eleitos com uma plataforma de combate ao crime organizado e à corrupção, de promoção do crescimento econômico e de redução do Estado.

As últimas eleições parlamentares foram realizadas em 28 de junho de 2009 (a próxima será em 2013). A composição das bancadas na Assembléia Popular é a seguinte:

Partido Democrático (PD), 68, Partido Socialista (PS), 64, Movimento Socialista pela Integração (LSI), 4, outros, 4. Esse resultado demonstra a polarização política atual e a consolidação da rivalidade entre o PD e o PS na política interna albanesa (nas eleições anteriores, de 2005, o PD havia obtido 56 cadeiras, e o PS, 42).

É preciso ressaltar que referida eleição foi realizada após a reforma eleitoral de novembro de 2008, que transformou o sistema eleitoral de um sistema majoritário para um sistema proporcional distrital. A reforma de 2008 também limitou a representação de partidos menores, ao determinar um percentual mínimo de votos exigido para que um partido possa eleger seus representantes.

ECONOMIA

Pobre e atrasada para os padrões europeus, a Albânia está levando a cabo uma difícil transição para a economia de mercado. O governo tem tomado medidas para combater a criminalidade e retomar a atividade econômica e o comércio. A economia albanesa beneficia-se de remessas de divisas provenientes do exterior, estimadas em US\$ 600 a 800 milhões por ano, oriundas principalmente da Grécia e da Itália.

A Albânia se diferencia dos demais países europeus pela sua forte dependência do setor agrícola. O setor primário responde por aproximadamente 20% da composição do PIB nacional e por mais da metade dos empregos. A base industrial do país é reduzida e concentra-se na indústria de extração mineral. A Albânia dispõe de reservas minerais de cromo, cobre e níquel. O país chegou a ser o terceiro maior produtor mundial de cromo.

O Governo anterior e o atual têm igualmente buscado investir no melhoramento da infra-estrutura do país, considerada um dos grandes entraves ao crescimento econômico. Recentemente, foi concluída a construção de uma usina termelétrica, nas proximidades de Vlore, e a malha viária do país vem sendo lentamente recuperada. O crescimento do PIB tem sido positivo, desde 2003 (média de 6% de crescimento do PIB, para o período de 2004-2008, tendo no entanto caído para cerca de 2% em 2009) com índices inflacionários baixos e estáveis.

O Premiê albanês Sali Berisha apresentou ao parlamento em setembro de 2008 o projeto de lei orçamentária plurianual (2009-2011), no qual estaria previsto significativo aumento de recursos destinados a investimentos, particularmente, na área de infra-estrutura, como a malha rodoviária (estradas principais e secundárias), sistemas de abastecimento de água e sistema de esgoto. Também está previsto aumento de pensões e aposentadorias, de salários e de investimentos nas escolas da rede pública albanesa.

Durante a reunião da Comissão de Planejamento Estratégico, o Premiê albanês relatou que o orçamento para 2009 ascenderá a 5,2 bilhões de dólares, havendo indicado que tal cifra representa aumento de 100% em relação ao ano precedente. A reunião, convocada para discutir o quadro orçamentário macroeconômico para o período 2009-2011, teve igualmente por objetivo a discussão dos limites do orçamento de 2009, cuja receita em grande parte resulta das privatizações, que ascenderam a 340 bilhões de lek.

O Executivo de Tirana revela, dessa forma, seu empenho em melhorar as condições de infra-estrutura e oferecer incentivos ao investimento em um momento em que o país tem revelado sinais de estabilidade econômica e política, impulsionado por reformas econômicas e pela adesão à OTAN, concluída em abril de 2009. A Albânia pretende tornar-se membro da União Européia em um futuro próximo (em abril de 2009, a Albânia oficializou sua candidatura à EU), com vistas a impulsionar o crescimento econômico do país, que manteve-se por cerca de 6% ao ano até a crise financeira de

2009 (ano em que, não obstante a crise generalizada na Europa, cresceu cerca de 2%). Em razão de acordo vigente com a Itália, principal parceiro econômico da Albânia, é permitida no país a abertura de atividade comercial inteiramente italiana, bem como a aquisição de imóveis por italianos.

Deve-se destacar a existência de incentivos fiscais para atração de investimentos estrangeiros no país. Nesse sentido, desde janeiro de 2008, os impostos sobre os rendimentos das empresas (pessoas jurídicas) reduziram-se em 10%, o que torna a Albânia um dos países da área européia e balcânica com menor carga tributária. O investidor estrangeiro que deseja criar empresa local está sujeito a carga tributária total de 21% (10% sobre os rendimentos líquidos auferidos localmente, 9% sobre a transferência dos lucros ou dividendos transferidos para o exterior e um percentual variável, normalmente de 2% no país de destino como crédito de imposto).

Graças a esses incentivos, têm chegado ao país importantes fluxos de investimentos estrangeiros do Reino Unido, França, Noruega e Itália, sobretudo no setor imobiliário e de infra-estrutura – construção de estradas, centros comerciais, resorts turísticos e cassinos. Embora ainda ofereça preços convidativos, os imóveis se têm valorizado em razão da especulação, nomeadamente na capital e no sul do país, zona com forte potencial turístico. Os pontos fortes para investimento imobiliário na Albânia hoje são os seguintes: preços relativamente baixos; situação política estável e crescente desenvolvimento econômico; cerca de 300 quilômetros de litoral no mar Adriático e no mar Jônico; crescente desenvolvimento turístico com projetos residenciais em execução e vôos diretos do aeroporto de Tirana às grandes cidades européias.

Visto que inexistem instrumentos que evitem a dupla tributação ou garantam a proteção ao investimento, algumas seguradoras qualificam o país, não obstante os notáveis progressos alcançados nos últimos anos, como de risco médio-alto, o que se reflete no valor das apólices, o que afeta negativamente o crescimento econômico e o déficit externo em conta corrente, um dos principais elementos de vulnerabilidade da economia albanesa. No entanto, existem boas perspectivas para o setor do turismo e de construção civil. O sistema bancário e o ambiente operacional ainda são problemáticos, se comparados com aqueles dos países da zona do euro. No entanto, o objetivo de participar na União Européia deverá estimular o aperfeiçoamento e aprovação das reformas necessárias.

A Albânia oferece, dessa forma, gama de possibilidades de investimento que abrangem o setor da construção civil, da indústria, do comércio, através de investimento direto ou de parcerias ou *joint ventures*. Os pontos fortes do país seriam o baixo custo da mão-de-obra e a flexibilidade do mercado, considerando que o custo médio mensal de um trabalhador no setor do vestuário é de € 150-180 em Tirana e Durrës, e ainda inferior em outras partes do país; a disponibilidade de importantes recursos minerais (cromo, níquel, cobre, petróleo e carvão), além de depósitos de bauxita e fosfatos, ainda pouco ou nada explorados; o potencial de expansão da produção agrícola, graças ao clima favorável; a localização geográfica favorável à internacionalização de algumas fases dos processos de produção de custo elevado, em função das ligações marítimas com a

Itália, do acesso aos mercados da região dos Balcãs (sobretudo tendo em conta os projetos que visam facilitar as trocas comerciais com a costa do Mar Negro e a construção do VIII corredor Pan-Europeu), e graças ao acesso ao mercado consumidor local em expansão, não obstante os modestos níveis salariais.

Novas oportunidades de negócios estão surgindo, por exemplo, na área de materiais de construção, como cimento, tijolos, telhas, concretos e materiais inertes. A indústria do vestuário é uma das mais importantes da Albânia e corresponderia a 50% das exportações do país. A força desse setor reside essencialmente no baixo custo do trabalho e no fato de que muitas empresas locais têm formado *joint ventures* com empresas estrangeiras que fornecem a maior parte das máquinas têxteis e, em especial, o desenho industrial. No total, existem cerca de 400 empresas que operam no setor do vestuário, das quais 250 podem ser consideradas de médio a grande porte, com pelo menos 100 trabalhadores.

A maioria das empresas de média ou grande dimensão pertence a investidores italianos ou são *joint-ventures* italo-albanesas. As indústrias encontram-se concentradas nas cidades de Tirana, Durres, Shkodra, Vlora, Kavaja, Korça (onde a presença grega é muito importante) e Fier. O setor industrial atingiu a sua máxima expansão em meados dos anos 90, mas foi prejudicado pela crise político-econômica de 1997. Graças à estabilidade política vivida nos últimos anos algumas empresas começam a expandir suas atividades.

O setor calçadista caracteriza-se pela presença estrangeira, especialmente italiana; a produção local foi, em grande parte, orientada para produtos semi-acabados posteriormente exportados e transformados no exterior. No entanto, é razoável supor que, no futuro, graças aos baixos custos de produção, as empresas albanesas serão diretamente envolvidas nas fases finais do ciclo de produção.

No que diz respeito ao setor agro-alimentar, a produção local de cereais é limitada e o mercado é abastecido, sobretudo, pelas importações. O mercado de farinha é estruturalmente exposto à importação de produtos subsidiados pela União Européia, existindo fábricas atualmente operantes que se encontram em situação de atraso tecnológico, o que representaria oportunidade para exportadores de máquinas, novas ou usadas.

A Hungria é o principal exportador de óleos vegetais para a Albânia, com uma participação no mercado de cerca de 30%, seguida da Grécia e Itália com 20% e 15% respectivamente. As sementes oleaginosas são muitas vezes importadas, engarrafadas e, ocasionalmente, refinadas localmente por algumas empresas. O azeite é potencialmente um recurso de grande interesse, graças à disponibilidade de matérias-primas e tradições típicas de país de clima mediterrânico. No que diz respeito à fruta, com a exceção da parte destinada ao consumo interno, a maior parte é destinada à indústria de conservas, que usa tecnologia obsoleta e produz com baixos padrões de qualidade, sendo grande a necessidade de modernização. O setor de leite e derivados, bem como o da pesca, apresenta necessidade de modernização. A indústria de

transformação de madeira na Albânia está em desenvolvimento e apresenta potencial significativo de crescimento. A produção inclui tanto produtos de madeira para a construção como produtos semi-elaborados para exportação. O setor é particularmente rentável, graças à disponibilidade de matérias-primas locais e custos salariais baixos. O setor foi totalmente privatizado e estima-se que atualmente se encontrem em funcionamento com diferentes operadores, incluindo algumas *joint ventures* com investidores estrangeiros.

POLÍTICA EXTERNA

No plano externo, a Albânia vem conduzindo, desde o fim do regime comunista, uma estratégia diplomática de aproximação com os países ocidentais. Além de acordo com o FMI, firmou instrumento de cooperação militar com os EUA e, em 1995 o país foi admitido no Conselho da Europa.

Kosovo

O conflito no Kosovo, que opôs diretamente a população albanesa da antiga província iugoslava, cerca de 90% do total, e a comunidade sérvia, que vê o Kosovo como berço de sua civilização e sede do patriarcado ortodoxo, constitui foco de permanente tensão nas relações entre a Albânia e a Sérvia, fomentando ainda na região a formação de grupos criminosos e o comércio ilegal de armas, além de outras atividades ilícitas como o narcotráfico. Segundo estimativas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, calcula-se em mais de 300 mil o número de habitantes da região do Kosovo que se refugiaram na Albânia, durante a repressão promovida pelo governo de Milosevic, e que agora retornam à sua região de origem. Tendo sido um dos principais apoiadores da declaração de independência do Kosovo, tornou a questão do reconhecimento internacional deste território um de seus principais objetivos de política externa.

Relacionamento bilateral com a Itália

Desde o fim do regime comunista, a relação bilateral com a Itália tornou-se novamente importante. A Itália tem mantido posição protagônica no esforço dos países da Aliança Atlântica em favor do reordenamento econômico e político da Albânia, tendo liderado a força multilateral de paz ("Operação Alba") aprovada pelas Nações Unidas, em 1997, que chegou a contar com 3.700 soldados italianos. Mencione-se que as forças armadas italianas já haviam sido deslocadas à Albânia, em 1991, para prevenir a deterioração aguda de conflitos civis. A política exterior italiana, por seu turno, tem-se preocupado com a difícil questão da imigração procedente da Albânia para a costa sul da Itália.

O programa de ajuda econômica italiana à Albânia tem sido, por isso, condicionado ao efetivo engajamento das autoridades albanesas no controle da imigração clandestina. Presentemente, a Itália colabora no treinamento de forças policiais albanesas. Atualmente, a Itália participa ainda, de forma ativa, do grupo "Friends of Albânia", criado em Bruxelas no âmbito do Conselho da Europa e do Parlamento Europeu, em outubro de 1998, em apoio ao esforço de reestruturação político-econômica da Albânia.

Problemas envolvendo imigrantes albaneses nos Estados vizinhos

A presença de número significativo de imigrantes de nacionalidade albanesa na Grécia representa fonte de tensão entre os dois países. Muitos trabalham por salários abaixo do piso pago aos nacionais gregos, gerando ressentimentos. Outro problema decorre da situação de pequena minoria grega residente no sul da Albânia. A criação da "União pelos Direitos Humanos", partido que congrega a minoria grega, tem, contudo, amenizado arestas do relacionamento, que vem apresentando melhora no período recente.

Ademais, o Governo da Albânia apoia a proteção dos direitos de etnias albanesas fora de suas fronteiras, no Kosovo, na Sérvia, em Montenegro e na ex-República iugoslava da Macedônia, através da busca da cooperação regional. Muitos albaneses utilizam os Estados vizinhos como trânsito ilegal para emigrar para a Europa Ocidental.

Participação em Organizações Internacionais

No plano econômico multilateral, a Albânia participa do FMI e, desde 2000, é membro da Organização Mundial de Comércio. Na área da defesa, adota estreita coordenação com a OTAN, que mantém representação nas dependências do Ministério da Defesa da Albânia. No curso da crise do Kosovo, o governo albanês pleiteou o envio pela OTAN de missão de monitoramento, a exemplo da força de paz destinada à vizinha Macedônia, sendo o pedido, contudo, rejeitado. No entanto, a OTAN vem assistindo o governo albanês no combate ao crime organizado e a atividades ilícitas. Em agosto de 1998, o chamado programa "Parceria para a Paz", da OTAN, patrocinou a realização de manobras militares na Albânia central. Finalmente, em abril de 2009, a Albânia tornou-se formalmente membro da OTAN, juntamente com a Croácia.

A Albânia, em vista da premência de recursos para a sua reconstrução econômica, necessita manter relações privilegiadas com a União Européia. Além disso, o país é beneficiário de várias atividades desenvolvidas pela Organização de Segurança e Cooperação Européia (OSCE) – que tem Embaixador residente em Tirana e colabora no monitoramento das eleições albanesas – e do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas. O Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, por

sua vez, tem destinado regularmente à Albânia recursos em apoio à expansão das atividades produtivas. O país é membro das Nações Unidas, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), do Conselho da Europa, da Organização Mundial do Comércio, da Organização da Conferência Islâmica, da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro, da União para o Mediterrâneo e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Atualmente, ambiciona integrar-se aos 27 países da União Européia, como já foi supra referido.

União Européia

Em 12 de junho de 2006, a Albânia assinou um Acordo de Estabilização e Associação com a União Européia, em um primeiro passo no processo de adesão à UE.

Em 28 de abril de 2009, Tirana apresentou candidatura oficial de adesão à União Européia, tendo sua candidatura sido aprovada em 16 de novembro de 2009 pelo Conselho Europeu. Especialistas consideram, no entanto, que muitos problemas terão que ser solucionados para que a Albânia seja integrada ao bloco europeu, principalmente os relacionados ao respeito à Lei e ao combate à corrupção e ao crime organizado.

ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

- Acordo de Comércio e Pagamentos, celebrado em 10/06/1961, em Paris, e em vigor desde 29 de abril de 1963; e
- Acordo sobre Abolição Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço, celebrado em 23/03/2004 em Brasília, e em vigor desde 05/07/2004.

Aviso nº 265 - C. Civil.

Em 5 de maio de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RUDÁ GONZALES SEFERIN, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Albânia.

Atenciosamente,



ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 12/05/2010.